

Pesquisas sobre Redes Interorganizacionais: uma Proposta de Distinção Paradigmática

Autoria: Fábio Vizeu

Resumo

O presente trabalho visa desenvolver uma proposta de distinção paradigmática para as pesquisas sobre as redes interorganizacionais. Partimos do pressuposto de que, nos últimos anos, têm se desenvolvido no meio acadêmico duas abordagens epistemologicamente distintas para tratar este assunto, representadas pela corrente técnico-econômica da tradição norte-americana, por um lado, e, por outro, pela leitura fenomenológica da experiência dos distritos italianos. Na elaboração do esquema analítico, tivemos por referência o modelo meta-teórico de Burrell e Morgan e a Teoria Crítica de Habermas. Neste sentido, buscamos evidenciar pressupostos diametralmente opostos, tendo por base concepções distintas sobre os mesmos fatores, por exemplo, da importância dada a dimensão econômica na determinação da efetividade do modelo de rede. Na intenção de verificar a pertinência e aplicação do modelo aqui desenvolvido, empreendemos uma análise dos estudos sobre rede apresentados em edições anteriores do ENANPAD. Verificamos uma forte predominância da orientação técnico-econômica, todavia, em muitos casos foram considerados aspectos mais condizentes com a abordagem histórico-cultural, o que sugere a pertinência de tal diferenciação.

Introdução

Nos últimos anos, cada vez mais o fenômeno das redes interorganizacionais tem se destacado como mecanismo efetivo de coordenação das atividades organizacionais. Considerado quase sempre como estrutura alternativa capaz de promover a competitividade e a continuidade das empresas em um contexto cada vez mais mutável e incerto, tal modelo tem sido largamente adotado pelas organizações produtivas, especialmente, as pequenas empresas.

Em razão disto, também tem crescido o interesse acadêmico por tal questão, tendo sido o modelo de redes um objeto de estudo freqüentemente adotado nos principais canais de pesquisa. Neste sentido, um campo profícuo para o entendimento do fenômeno de redes é a área de Teoria Organizacional (TO), especialmente a de tradição norte-americana. Neste sub-campo acadêmico, a explicação do desenvolvimento das redes interfirmas tem por principal referência a questão da eficiência econômica, especialmente sob a égide da estratégia competitiva (Porter, 1998), onde a estruturação em rede é tida como um importante diferencial para permitir a organização uma maior adaptabilidade às pressões e mutações do ambiente, cada vez mais rápidas e intensas (Miles e Snow, 1986; Cravens et al, 1996), ou mesmo como um modelo de coordenação interfirmas que possibilita maior eficiência e competitividade pela concentração de competências e recursos produtivos, assim como através da minimização de custos de operação e logística (Porter, 1998; Miles e Snow, 1986; Cravens et al, 1996; Premaratne, 2001; George, 2001). Nesta vertente da TO que trata das redes interorganizacionais, importantes referências teóricas têm se destacado, como é o caso da teoria dos custos de transação (Williamson, 1991; Hill, 1990) e da teoria de dependência de recursos (George et al, 2001), assim como o conceito de *cluster* (Porter, 1998).

Paralelamente a este entendimento sobre redes gerado no campo da TO, surge a partir do interesse interdisciplinar da tradição de ciências sociais não-funcionalista uma perspectiva diferente sobre o fenômeno. Incitados especialmente pelo caso dos distritos italianos, os autores desta abordagem têm questionado o pressuposto exclusivamente econômico e instrumental adotado pelo entendimento funcionalista, aludindo a necessidade de se considerar de forma mais

significativa o imperativo histórico-sócio-cultural como fundamento explicativo da efetividade das redes. Neste novo enfoque, a orientação técnico-econômica dá lugar a uma perspectiva mais subjetivista, vinculada a tradição fenomenológica da ciência social. Assim, em vez de categorias econômicas reificadas, são enfocadas categorias sócio-culturais, como as relações afetivas de confiança, os aspectos de identidade cultural, a dimensão intersubjetiva da interação social e as prerrogativas históricas do território e/ou da comunidade (Benko e Lipietz, 2000; Kumar et al, 1998; Lazerson, 1995; Inzerilli, 1990 Bagnasco e Trigilia, 1990; Ritaine, 1990; Raveyre e Saglio, 1990; Bellani, 1990; Cocco et al, 1999).

Dado esta nítida diferenciação no tratamento da questão das redes entre a abordagem técnico-econômica norte-americana e a tradição histórico-cultural de autores europeus, vemos ser necessário um melhor entendimento dos pressupostos subjacentes a estas diferentes orientações. Entendendo mais profundamente o caráter das epistemologias que sustentam ambas abordagens, acreditamos ser possível perceber diferentes estruturas de pesquisa, que denotam em visões distintas do mesmo fenômeno. A descrição de tal diferenciação poderá permitir o entendimento de certas ambigüidades ainda presentes nos estudos empíricos sobre redes interorganizacionais, muitas vezes não percebidas devido a não existência de uma base epistemológica coerente no momento de elaboração do quadro teórico de referência dos estudos.

Assim, o presente trabalho visa prover tal aprofundamento epistemológico, através do que denominamos de distinção paradigmática das pesquisas sobre redes interorganizacionais. Contudo, cabe aqui a ressalva de que não temos nenhuma pretensão de propor um novo modelo teórico. Apenas pretendemos em nosso esforço indicar um caminho alternativo de entendimento do campo acadêmico bem como do fenômeno em si, tendo o presente trabalho apenas um valor analítico e ilustrativo.

Metodologia

A principal orientação metodológica do presente trabalho se refere à apreciação pela crítica epistemológica, vinculada, por exemplo, a vertente da teoria organizacional crítica (Alvesson e Deetz, 1999; Steffy e Grimes, 1986). Neste sentido, buscamos constituir uma base analítica dos pressupostos subjacentes as duas abordagens de estruturação em rede aqui consideradas, de maneira a permitir o entendimento da diferenciação paradigmática pretendida. Assim, primeiramente efetuou-se a elaboração do quadro de análise, tendo por base importantes premissas da filosofia da ciência consideradas nos estudos sociais, para, em seguida, empreender-se a categorização das duas abordagens em questão.

No intuito de gerar maior consistência ao modelo aqui proposto, em um segundo momento buscou-se efetuar a análise de estudos empíricos sobre rede a partir da distinção paradigmática efetuada. Para isso, optamos por selecionar trabalhos sobre rede dos cinco últimos congressos da ANPAD (considerando ser este evento um veículo de publicação científica onde se privilegia a qualidade e a atualidade dos estudos). O levantamento dos trabalhos foi empreendido a partir dos anais eletrônicos, onde se utilizou o recurso de busca oferecido nestes para a seleção dos artigos. Utilizamos três palavras-chave neste processo: “rede”, “cluster” e “network”. Após a seleção inicial, foram desconsiderados os trabalhos que não tratavam especificamente de estudos sobre rede interfirmas. No processo de análise dos textos, procuramos evidenciar os aspectos que permitissem a visualização das principais questões abordadas pelos dois modelos heurísticos construídos. Neste sentido, tivemos por orientação o quadro teórico de referência e a natureza das questões escolhidas como categorias e/ou questões centrais de análise.

Pressupostos paradigmáticos considerados

Na caracterização de diferentes paradigmas, os teóricos têm se valido essencialmente de uma abordagem de crítica epistemológica dos pressupostos subjacentes a diferentes correntes de pensamento. Tal procedimento corresponde a um esforço de análise filosófica (comumente chamada de filosofia da ciência), que se justifica devido ao caráter conflitante de diferentes visões de mundo pressupostas no pensamento dos autores, bem como nas principais escolas de ciências sociais. Hassard (1993) considera que o sentido original da idéia de paradigma (tal qual cunhado por Thomas Kuhn) indica *incomensurabilidade* e *relativismo* no processo de comunicação entre diferentes paradigmas; todavia, este autor ressalva que isto não pode ser considerado como um impedimento a análise multi-paradigmática, dado que – de acordo com a recente abordagem da filosofia da linguagem – no processo do jogo de linguagem do cotidiano, existem distintos níveis de interpenetração entre as linguagens conflitantes, o que possibilita uma certa abertura para a construção de pesquisas inter-paradigmáticas.

Isto posto, verifica-se ser o presente trabalho uma breve análise epistemológica de elementos que se destacam nas duas abordagens sobre rede aqui consideradas – a orientação técnico-econômica de tradição norte-americana e a abordagem fenomenológica de europeus não saxônicos (especialmente franceses e italianos) –, de maneira que se possa melhor compreender diferentes formas de pensamento subjacentes a estas. É neste sentido que se pretende caracterizar o que chamamos de distinção paradigmática, tendo em vista que, no presente esforço, consideramos referenciais filosóficos constituídos por importantes autores da filosofia da ciência e da sociologia da teoria organizacional. Contudo, é necessário ressaltar que, dado a brevidade do trabalho, seu resultado deve ser considerado apenas como um esforço didático-analítico, sendo necessário estudos futuros mais profundos para que se consolide a proposta aqui pretendida.

Temos por base em nossa análise epistemológica dois modelos de análise paradigmática. O primeiro corresponde a distinção meta-teórica de Burrell e Morgan (1979) sobre a orientação subjetivista *versus* objetivista na concepção de ciência, base que serviu para que os autores diferenciasssem melhor os pressupostos entre importantes paradigmas em ciências sociais. O outro modelo advém do pensamento epistemológico-crítico de Habermas, especificamente no que tange a sua análise sobre as diferentes ontologias subjacentes ao contexto das ciências sociais (Habermas, 1987) e a sua teoria sobre conhecimento e interesse (Habermas, 1975).

Burrell e Morgan (1979) apresentaram um modelo meta-teórico sobre paradigmas da teoria sociológica, no qual a diferenciação paradigmática era dada a partir de dois eixos elementares, que, integrados de forma matricial, formavam quatro quadrantes distintos, cada um correspondendo a um paradigma. Um destes eixos diz respeito a diferentes diretrizes filosóficas quanto a natureza da ciência social e de seus pressupostos. Denominado por eixo subjetivista/objetivista, este considerava duas orientações antagônicas e excludentes, ordenadas a partir de quatro categorias de pressupostos: a ontologia, a epistemologia, a natureza humana e a metodologia.

Em relação à dimensão ontológica, a orientação objetivista de ciência social é realista, ou seja, considera o mundo externo ao indivíduo como uma entidade independente da sua cognição, abarcando uma existência própria independente da concepção que se possa fazer dele. A orientação subjetivista, por sua vez, tem por pressuposição ontológica o nominalismo, a concepção de realidade relativizada à cognição humana, onde atribuímos um sentido ‘pseudo-objetivo’ às coisas do mundo externo para que este se apresente com um certo sentido para nós. Na concepção realista, o mundo social abarca um caráter concreto, independente do significado que lhe dermos, o que não ocorre na perspectiva nominalista, onde a natureza das coisas do mundo é definida de acordo com o significado socialmente compartilhado dado a estas.

A principal epistemologia nas ciências sociais é o positivismo. Isto se explica especialmente pela forte influência que esta vertente filosófica teve na consolidação da sociologia enquanto disciplina acadêmica, através de Durkheim e Comte. Atribui-se ao positivismo uma postura científica preditiva, focada na revelação e explicação das regularidades subjacentes às estruturas sociais, percebidas como entidades objetivas, equilibradas enquanto sistema auto-sustentado. Neste caso, o pesquisador assume a postura de observador externo, capaz de apreender o fenômeno social na medida que se abstraia dele e utilize métodos científicos adequados. Em contraposição, a partir das posturas filosóficas relativistas – como por exemplo a fenomenologia – a efetividade da postura de observador externo passa a ser questionada, pois se considera somente possível apreender a realidade a partir da perspectiva daquele que está inserido no contexto sócio-cultural analisado. Assim, surge a orientação anti-positivista, denominação utilizada no sentido de severa contraposição à epistemologia dominante em ciências sociais. Desta forma, dois importantes pressupostos anti-positivistas são “dar voz ativa” ao sujeito do fenômeno investigado e o uso da hermenêutica como referencial analítico no lugar da orientação empírico-quantitativa do positivismo.

No que se refere a natureza humana, a orientação objetivista e subjetivista podem ser definidas a partir do determinismo e do voluntarismo, respectivamente. No primeiro caso, pressupõe-se ser o homem totalmente condicionado pelo meio em que atua; no segundo, existe a prerrogativa de que o ser humano é autônomo, dado seu livre-arbítrio e sua condição de sujeito agente. Por fim, a dicotomia objetivismo/subjetivismo pode ser considerada pelo caráter da metodologia privilegiada como recurso legítimo de investigação. No pólo objetivista, são legitimados os métodos nomotéticos de pesquisa, ou seja, aqueles constituídos a partir da sistematização formal de protocolos e técnicas quantitativas; na dimensão subjetivista, dado o caráter central dos pressupostos abstratos e relativizados a partir da perspectiva dos sujeitos investigados, faz-se uso de uma metodologia ideográfica, ou seja, formas de cunho informal, onde se busca uma flexibilização capaz de melhor apreender a dimensão qualitativa dos fenômenos sócio-culturais.

A dicotomia da orientação objetivista/subjetivista de Burrell e Morgan também pode ser observada a luz da apreciação feita por Habermas (1987) sobre as três grandes dimensões ontológicas apreendidas pelas ciências sociais:

- a) **o mundo objetivo**, que corresponde a ontologia realista, abarca uma relação teleológica do sujeito com a realidade objetivante, refletindo uma perspectiva monológica e uma atitude instrumental; no âmbito racional, a ação empreendida na esfera de mundo objetiva é cognitivo-instrumental, e pressupõe o êxito como referência central para a efetividade da ação; o atributo técnico é primordial, pois reflete os aspectos significativos para a intervenção do ser cognoscente na realidade objetiva;
- b) **o mundo subjetivo**, onde a essência interna da natureza humana é apreendida somente de forma relativa, dado que faz-se necessário para isto uma postura expressiva do sujeito; tal relativização da realidade interna do sujeito corresponde a ontologia nominalista; nesta esfera, a orientação monológica e o sentido instrumental da ação deixam de ser o referencial, caso se pretenda apreender de melhor forma a subjetividade do outro, no processo denominado de intersubjetividade; assim, o estabelecimento de um sistema simbólico compartilhado – a linguagem – pressupõe a orientação para o entendimento na relação intersubjetiva plena;
- c) **o mundo social**, reflexo da construção social da realidade, e relativo ao aparato normativo no qual o sujeito se condiciona por ser um agente social; considerando o

arcabouço cultural compartilhado pelos membros de uma mesma comunidade, nesta esfera também se tem a busca pelo acordo como orientação pressuposta da ação.

A teoria de Habermas sobre a relação da ciência com interesses cognitivos (Habermas, 1975) também contribui para o entendimento de como diferentes esferas ontológicas determinam o processo de construção do conhecimento científico. Esta tese de Habermas constitui-se a partir da idéia de que o conhecimento científico não está livre de ‘juízos de valor’, tendo em conta especialmente a relação entre teoria e prática (Habermas, 1975; Willmott, 1997). A teoria sobre *conhecimento e interesse* propõe que o conhecimento científico tem sido construído a partir de dois tipos de interesse, o técnico e o prático (histórico-hermenêutico)¹. O primeiro corresponde a esfera do mundo objetivo, e delimita a estrutura epistemológica da abordagem de investigação em função de um propósito de predição e manipulação, focado na identificação e manipulação de variáveis e tendo por orientação o cálculo, pressuposto na significância dada a racionalidade cognitivo-instrumental. O modelo de ciência que privilegia o interesse técnico é o empírico-analítico (também conhecido por modelo de ciências naturais), modelo este adotado na esfera social pelas ciências de tradição positivista (Habermas, 1975), como por exemplo é o caso do funcionalismo (Minayo, 1993).

O interesse denominado por Habermas como ‘prático’ reflete as ciências de cunho histórico-hermenêutico, onde o conhecimento é constituído no sentido de prover o entendimento, ou seja, “o acesso aos fatos é dado através da compreensão do sentido, em lugar da observação” (Habermas, 1975, p. 296), e onde o entendimento é obtido através da interpretação mediada por categorias históricas. Uma importante abordagem sociológica que se enquadra neste tipo é a fenomenologia (a abordagem filosófica Husserl², que foi incorporada à sociologia por Schutz [1979]), que tem por base a relativização da explicação sociológica da realidade à perspectiva do mundo vivido pela comunidade considerada na investigação. De acordo com Willmott (1997, p. 318), “*este interesse é denominado ‘prático’ porque o processo de dar sentido ao mundo é entendido como uma pré-condição de qualquer forma de ação social, incluindo a predição e o controle de processos objetificados*”. Ou seja, o interesse prático reflete a ontologia nominalista, e, por isso, congrega o conjunto de pressupostos que correspondem à orientação subjetivista de ciências sociais.

Assim, por não se referir somente a categoria de mundo objetivo, a orientação histórico-hermenêutica considera relações racionais que vão além de um racionalismo utilitário, justamente por considerarem que a esfera econômica – ou seja, o âmbito mais significativo para o cálculo utilitário – não constitui a única dimensão da vida humana associada (Guerreiro Ramos, 1989). Assim, surge a idéia de intersubjetividade, ou seja, a cognição constituída culturalmente que é verificada a partir de um entendimento mútuo entre membros de uma mesma comunidade lingüística. Este conceito revela que a realidade é socialmente construída na medida que os significados são intersubjetivamente compartilhados (Berger e Luckman, 1995). A partir deste fundamento psicológico, a questão cultural sobressai-se como fator relevante na explicação dos fenômenos sociais, tida especialmente sob a perspectiva da esfera do mundo da vida cotidiana, ou seja, a esfera de mundo culturalmente constituída, que abarca significado lógico somente para a comunidade inserida nele (Schultz, 1979). Isto posto, verifica-se a existência de outros tipos de orientação racional, como por exemplo a centrada na competência comunicativa, proposta por Habermas (1987)³.

Metodologicamente, tanto a análise de Burrell e Morgan quanto a de Habermas acabam por reforçar as distinções entre duas importantes vertentes da sociologia atual, a fenomenologia e o funcionalismo. Apesar da abordagem funcionalista não se configurar exclusivamente pelo empirismo pressuposto no positivismo sociológico, um foco empírico no tratamento dos

fenômenos sociais ainda é um pressuposto importante desta abordagem de investigação (Minayo, 1993). Por outro lado, a metodologia fenomenológica é essencialmente nominalista (pois tem como pressuposto principal a questão da cognição [Minayo, 1993]) e, por isso, reflete uma preocupação maior pelas questões abstratas da realidade social, em detrimento de categorias objetivadas da realidade. Assim, pode-se inferir que:

- a) a tradição funcionalista de pesquisa atua mais na esfera de mundo objetivo, buscando categorias quantificáveis e passíveis de manipulação; ainda, reflete um interesse maior pelas questões técnico-econômicas, justamente por ser neste âmbito que o contexto organizacional melhor se objetiva;
- b) os estudos de orientação fenomenológica, por sua vez, atuam mais no âmbito do mundo subjetivo e mundo social, abarcando questões qualitativas que somente podem ser apreendidas a partir da perspectiva da cultura investigada; neste sentido, as questões econômicas são tratadas de forma tangencial, pois são consideradas como o reflexo de estruturas sócio-culturais que vão além da dimensão concreta da realidade.

A partir desta breve apreciação epistemológica, seguimos com a apresentação dos dois modelos de tratamento da questão das redes interfirmas aqui considerados. Neste sentido, temos por base a dicotomização proposta ao longo da análise empreendida nesta seção, resumidamente considerada no quadro 1.

Quadro 1: pressupostos epistemológicos de duas orientações contrárias em ciências sociais

orientação características	<i>Técnico-econômica de cunho</i> <i>funcionalista</i>	<i>Histórico-cultural de cunho</i> <i>fenomenológico</i>
<i>Pressuposições relativas à ciência social</i>	Objetivista: Ontologia realista Epistemologia positivista (empiricista) Visão determinista da natureza humana Foco em metodologias nomotéticas	Subjetivista: Ontologia nominalista Epistemologia anti-positivista Visão voluntarista da natureza humana Foco em metodologias ideográficas
<i>Esfera de mundo privilegiada na investigação</i>	Mundo objetivo	Mundo subjetivo e mundo social
<i>Interesse de pesquisa</i>	Técnico	Compreensivo
<i>Formato de ciência</i>	Empírico-analítica (modelo de ciências naturais)	Histórico-hermenêutica
<i>Orientação racional pressuposta no comportamento social</i>	Racionalidade cognitivo-instrumental	Racionalidades de cunho intersubjetivo
<i>Principal dimensão social focalizada na investigação</i>	Dimensão econômica	Dimensão cultural

A abordagem técnico-econômica norte-americana da estrutura em rede

Os estudos sobre redes interfirmas empreendidos por autores norte-americanos geralmente têm por referência uma orientação técnico-econômica, dada a partir da predominância da tradição sociológica funcionalista naquele país. Tal pressuposto técnico-econômico foi dado especialmente a partir da influência que teve a teoria de custos de transação (Williamson, 1991; Hill, 1990), como justificação teórica do desenvolvimento das estruturas interorganizacionais em rede.

Williamson (1991) considera a estruturação interfirmas em rede como uma forma híbrida de arranjo organizacional para o controle dos custos de transação. O pressuposto central

desta teoria é de que toda transação econômica pressupõe o risco do comportamento oportunístico – ou seja, o risco de que, para garantir maior vantagem, um dos participantes de uma transação econômica utilize meios escusos, como a mentira, o roubo ou a trapaça (Hill, 1990). Assim, dado este risco e a incerteza presente na relação clássica de troca de mercado (onde existe a autonomia dos participantes), as relações interfirmas têm sido adaptadas para formas intermediárias entre a autonomia do livre mercado e o controle administrativo comum à estrutura organizacional clássica (caracterizado na teoria de Williamson [1991] pelo termo *hierarquia*). Assim, os arranjos em rede são considerados como instrumentos eficazes de controle dos custos de transação, pois permitem uma melhor regulação de operações interfirmas comumente regidas pela lógica de mercado, e, ao mesmo tempo, não comprometem a capacidade de rápida adaptação às mudanças na ‘regras do jogo econômico’ (como por exemplo, mudanças no sistema de preços), dado que não se perde o caráter de firma autônoma.

Assim, tida como uma forma de tecnologia gerencial, a abordagem técnico-econômica acaba por dar grande destaque para a questão da maior adaptação às mudanças e exigências impostas pelo processo de competitividade. Neste sentido, Miles e Snow (1986) salientam que a complementaridade entre as competências das firmas participantes da rede provê um dinamismo estratégico que permite melhor resposta à crescente complexidade nos mercados competitivos. Como afirmam os autores:

[a necessidade por] complementaridade permite a criação de redes elaboradas delineadas para manejar situações complexas, tais como projetos de construção internacional, nas quais não podem ser empreendidos por uma organização única. Ela também permite rápido ajustamento para condições de competição em mutação, como aquelas encontradas em muitos dos setores de bens de consumo (tais como o de vestuário e o eletrônico) (Miles e Snow, 1986, p. 65).

Na abordagem técnico-econômica de redes, este determinismo ambiental – que também se apresenta predominante na literatura organizacional (Burrell e Morgan, 1979) – contribui sobremaneira para que o entendimento do fenômeno de redes se restrinja ao âmbito da estrutura e da estratégia organizacional. Por exemplo, Cravens et al (1996) relacionam ao grau de volatilidade ambiental específicos tipos de estruturas em rede, assim como respectivos processos estratégicos; também Miles e Snow (1986) consideram ser o dinamismo das redes em setores industriais advindo da possibilidade de integração de diferentes tipos de posturas estratégicas. Neste sentido, a abordagem técnico-econômica de redes é fortemente determinada pelo interesse no comportamento estratégico corporativo, sendo uma das principais categorias consideradas a questão da vantagem competitiva (neste sentido, a adaptabilidade provida pelo arranjo de redes representa em si uma vantagem competitiva [Miles e Snow, 1986; Cravens et al, 1996]).

O conceito de vantagem competitiva tem sempre sido relacionado pela literatura com a questão da eficiência no uso de recursos produtivos, especialmente a partir do recente desenvolvimento dado à teoria de dependência de recursos (George, 2001). Neste sentido, a estrutura de redes tem sido considerada como um importante mecanismo de obtenção de recursos produtivos, em especial, os financeiros e tecnológicos. De outra forma, o incremento de recursos produtivos tem sido a grande vantagem atribuída a adoção do arranjo de redes por parte das pequenas e médias empresas (George, 2001; Premaratne, 2001).

Outra forma de se reconhecer o foco da linha técnico-econômica de pesquisas sobre redes na questão dos recursos produtivos gira em torno da idéia de cadeia de valor, idéia esta mais especificamente expressa pelo conceito de *cluster*. Para Porter (1998, p. 78) – um dos grandes difusores das idéias de *cluster* e de vantagem e estratégia competitiva – “*clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um campo particular*” nos quais “*abarcam uma disposição específica de setores industriais e outras entidades*

importantes para a competição”. Nestes termos, os *clusters* representam uma espécie de amplo arranjo em rede onde participam importantes atores do processo produtivo. A concentração destes atores representa o pressuposto central do conceito de *cluster*, e, segundo seus difusores, também está aí o seu potencial competitivo, tendo em vista que a concentração de empresas e instituições de um mesmo setor produtivo permite o desenvolvimento de competências estruturais locais, especialmente quanto ao desenvolvimento de tecnologia e de uma adequada infraestrutura de distribuição, fornecimento, mão de obra especializada e tantos outros recursos produtivos. Assim, apesar de a partir da idéia de *cluster* os autores da linha técnico-econômica considerarem sobre a questão da territorialidade, isto somente se configura em relação a categorias tecnológicas, estruturais e econômicas, não entrando no mérito cultural da região (matéria que configura um dos principais focos da abordagem fenomenológica de redes, como será tratado adiante).

Se analisarmos as principais características desta categoria de estudiosos das redes interorganizacionais a luz do referencial epistemológico anteriormente construído, facilmente se verificarão os motivos da atribuição ‘técnico-econômica’ dada a este grupo. Primeiramente, nitidamente se verifica ser o tipo de orientação racional pressuposto nos conceitos de custo de transação e vantagem competitiva a cognitivo-instrumental (como já indicavam Kumar et al, 1998), ou seja, a racionalidade que apenas diz respeito à dimensão objetiva da realidade – em especial, a dimensão econômica. Dada esta limitação ao mundo objetivo da vida social, a abordagem técnico-econômica de redes não suporta os aspectos subjetivos da interação social (sendo a dimensão subjetiva apreendida, a luz da sociologia fenomenológica, a partir do processo de intersubjetividade). Em relação a teoria dos custos de transação, a orientação racional instrumental é explicitada na premissa de que o comportamento transacional abarca riscos intrínsecos, advindos da natureza oportunística da relação social econômica (como veremos no modelo seguinte, os autores de orientação fenomenológica questionam tal premissa por considerarem ser a dimensão econômica das interações sociais uma esfera embebida em um contexto cognitivo e cultural que nem sempre o comportamento oportunístico é a regra). De resto, a premissa do comportamento oportunístico como única orientação no âmbito das organizações econômicas já foi questionada por outros trabalhos com um certo cunho epistemológico, por exemplo, o de Guerreiro Ramos (1989) e o de Serva (1996). Estes autores também sugeriram ser a orientação racional-econômica característica de um paradigma específico de ciências sociais, predominante na área de administração e organizações, mas limitado a pressupostos epistêmicos específicos de uma visão econômica histórica e culturalmente limitada (como será observado na seção seguinte, este também se configura como um dos argumentos utilizados pelos autores fenomenológicos que pesquisaram as redes distritais para questionar a leitura norte-americana dos distritos italianos).

O determinismo ambiental também é outro indicativo da relação do paradigma técnico-econômico com a orientação científica objetivista. Como foi ressaltado, a visão determinista da natureza humana corresponde a uma das características da orientação objetivista. Em parte, isto é devido ao pressuposto realista, onde as categorias externas da realidade social são tidas como abarcando uma significação independente da nossa cognição; por sua vez, este processo de reificação da realidade social externa faz com que se considere as categorias ‘ambiente’, ‘estrutura’ e ‘estratégia’ organizacionais como entidades concretas autônomas mais relevantes que as ações dos sujeitos do fenômeno organizacional (Burrell e Morgan, 1979). O objetivismo neste paradigma também se expressa no próprio interesse pela questão dos recursos, donde os de maior relevância são os que melhor abarcam uma dimensão material (ou seja, técnica e econômica), passível de mensuração e manipulação. É assim que muitos estudos sobre redes caracterizados pela abordagem técnico-econômica têm ressaltado fatores tecnológicos concretos

como aspectos centrais no processo de administração das redes, como por exemplo os trabalhos de Miles e Snow (1986) e de Johnston e Lawrence (1988), que ressaltam o papel central que a tecnologia da informação tem na efetividade do modelo de estrutura em rede.

A seguir, veremos que, na abordagem fenomenológica do fenômeno de redes, tais orientações epistemológicas são dadas em sentido oposto.

A abordagem histórico-cultural (fenomenológica) originária a partir dos distritos italianos

A abordagem histórico-cultural do fenômeno das redes interorganizacionais surge de maneira mais significativa a partir da crítica feita sobre a leitura do funcionalismo norte-americano do caso dos distritos italianos. Tendo se destacado pelo enorme desempenho competitivo no mercado mundial, o caso das redes interfirmas na região conhecida por Terceira Itália (centro e nordeste da Itália) deu ensejo a interpretações de autores baseados na corrente técnico-econômica (por exemplo, como é o caso do estudo de Porter [1998] e o de Johnston e Lawrence [1988]). Tendo sido tais interpretações empreendidas tendo-se em conta o arcabouço teórico comum a literatura organizacional norte-americana – ou seja, aquele baseado nas premissas do pragmatismo e do comportamento oportunístico – muitas críticas de autores italianos e da escola francesa foram feitas quanto ao sentido equivocado de tais interpretações da experiência italiana. Basicamente, tais críticas têm se configurado a partir de três questões: o problema cultural, o problema histórico e o problema da significação dada ao comportamento cooperativo entre os participantes na rede. Segundo os críticos, estas questões são desconsideradas pelas interpretações funcionalistas norte-americanas, e é nisto que consiste a limitação destas últimas. Neste sentido, é a partir destas três temáticas que se pode configurar esta abordagem de análise dos distritos italianos como sendo fenomenológica; por outro lado, esta abordagem tem se consolidado como forma de se observar e tratar cientificamente os fenômenos das redes em outros contextos que não aquele da experiência italiana (por exemplo, em casos na França, nos Estados Unidos e mesmo no Brasil [Benko e Lipietz, 2000]).

A questão da cultura configura-se como principal item explicativo do caso italiano e, devido a isso, dá ensejo a um formato investigativo de cunho etnometodológico. Assim, têm-se constituído estudos sobre os distritos italianos baseados nos postulados metodológicos e conceituais da antropologia e da sociologia compreensiva (Kumar et al, 1998). Nestes estudos, tem-se destacado que a economia dos distritos italianos tem maior relação com aspectos da cultura local do que com prerrogativas administrativas e organizacionais. Autores têm evidenciado que o sentido da cooperação entre os participantes da rede (sejam pequenos empresários, funcionários, sub-contratados ou contratantes) não era dada *a priori* pelo interesse econômico, mas por laços de afetividade e confiança entre os membros, configurada, antes, como uma forte característica do povo italiano (Kumar et al, 1998; Ritaine, 1990).

A partir desta orientação sócio-cultural, emergem novas abordagens teóricas para tratar das organizações produtivas, abordagens estas que buscam integrar ao olhar puramente econômico outras disciplinas mais capazes de melhor evidenciar pressupostos e questões subjetivistas. Este parece ser o caso da geografia sócio-econômica da tradição francesa de ciências sociais (Benko e Lipietz, 2000). Consubstanciada em torno de uma perspectiva fenomenológica sobre os espaços geográficos, esta nova corrente de ciência social tem por principal diretriz explicativa dos fenômenos de redes a dimensão interacionista da construção do espaço físico e econômico, dada por um processo dialético de transformação, onde se considera a historicidade e a subjetividade da questão econômica enquanto categoria específica (e conseqüente) de um processo mais amplo de interação social. Benko e Lipietz (2000, p. 13-14) assim expressam o sentido dado pela geografia sócio-econômica ao espaço:

A geografia humana, regional, econômica ou ecológica considera que o espaço é a dimensão material das relações sociais. É a atividade humana, as relações humanas de todas as naturezas que constituem a substância mesma do espaço, um pouco como a teoria einsteniana onde o espaço só existe como campo de forças, como variação de potencial, estruturado pelo seu conteúdo de matéria e de energia. O espaço regional é tecido por relações sociais, passadas, ele é remodelado pelas múltiplas iniciativas dos atores (os administradores, as empresas...) que buscam 'tirar proveito' de um espaço humano 'sempre já dado' (como dizia Althusser), mas, assim fazendo, transformam esse espaço, modificando o campo de forças. Espaço dado (genealógico) e espaço projetado (pela estrutura ativa) são todos dois a espacialidade (a dimensão espacial) de relações sociais, uns já estabelecidos, os outros em plena emergência, e de sua fecundidade recíproca nasce a realidade de uma geografia sócio-econômica.

É neste sentido que nasce o interesse pela territorialidade do fenômeno de redes interorganizacionais. Segundo Cocco et al (1999), este configura como um dos fundamentos que caracterizam o modelo dos distritos e que, por isso mesmo, devem ser considerados no entendimento de uma possível replicabilidade da experiência italiana. Neste sentido, o tecido social que deriva da identidade cultural subjacente aos territórios onde se estabelecem as redes interfirmas sobrepõe-se ao imperativo tecnológico como fundamento primeiro na explicação do 'sucesso' dos distritos – invertendo, desta forma, a lógica objetivista do conceito de *cluster*. Quanto a essa inversão, vejamos o seguinte trecho: “nos distritos, o tecido socioterritorial favoreceu a construção de uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva. Este mesmo tecido tornou possível a atenuação da concorrência através de formas originais de cooperação, possibilitando, mais geralmente, a manutenção da união entre economia e sociedade” (Cocco et al, 1999, p. 22).

De outra forma, na abordagem cultural do fenômeno de redes também subjaz uma crítica à cultura norte-americana. De acordo com os críticos, a perspectiva norte-americana sobre os distritos italianos é constituída tendo por base premissas engendradas na cultura daquele povo – mais especificamente, quanto a universalidade do comportamento oportunístico nas transações econômicas; todavia, ao exportar-se a perspectiva oportunística para os casos italianos, não se considerou que se tratava de um contexto cultural diferente das recentes sociedades ocidentais (Kumar et al, 1998). Nas regiões onde se estabeleceram os distritos, existem traços culturais muito diversos do comportamento ‘orientado para a tarefa’ da sociedade anglo-saxônica recente (Toennies, 1995, apud Kumar et al, 1998), onde tais traços culturais eram atribuídos a uma sociedade anterior a atual sociedade moderna – a da Itália medieval (Ritaine, 1990). Assim, também se fazia necessário um aprofundamento histórico na explicação do caso italiano de redes, o que representava uma nova contraposição ao formato a-histórico da explicação funcionalista.

A história das comunidades italianas onde se estabeleceram os distritos também tem sido fundamental nas explicações dos autores da abordagem fenomenológica. Em parte, isso pode ser explicado pela própria relação que a historicidade assume com os métodos e pressupostos das abordagens de ciências sociais que têm na cultura um importante substrato (Minayo, 1993); todavia, uma justificação pragmática para esta postura historicista reside na própria busca pela sedimentação de laços sociais fortes, fundamentais para a lógica de cooperação que se estabelece no caso dos distritos. Ritaine (1990), por exemplo, remonta o sistema denominado por *Filiere Tessili* do distrito têxtil de Prato, região de Toscana (um sistema de rede baseado no acoplamento ad hoc entre diferentes etapas do processo produtivo têxtil) à cultura da lã no século treze, onde importantes personagens mantiveram suas principais características ao longo dos séculos, como é o caso do *impannatore* – o responsável pelas encomendas, e também responsável pela escolha das empresas subcontratadas em processos de produção *ad hoc* – assim como se mantiveram (e solidificaram) comportamentos culturais da era medieval. Um destes comportamentos culturais que se sedimentaram ao longo do tempo tem sido denominado como lógica da confiança.

Segundo diversos autores, a lógica da confiança é o mais importante traço cultural dos distritos italianos (Kumar et al, 1998; Lazerson, 1995; Inzerilli, 1990 Bagnasco e Trigilia, 1990; Ritaine, 1990; Raveyre e Saglio, 1990; Bellani, 1990). Na perspectiva da geografia sócio-econômica, a questão da confiança subjaz a conotação pública que assume o processo produtivo, o que também configura o sentido cultural da relação de confiança. Além de ser entendida como um aspecto cognitivo social e historicamente constituído, a lógica da confiança indica serem as relações e transações sustentadas por um forte vínculo de identidade entre os membros participantes da rede, ou seja, os autores da abordagem fenomenológica de redes “*consideram como o mecanismo fundamental para a confiança a identificação mútua*” (Kumar et al, 1998, p. 216). No modelo de ação social de Habermas (1987), a orientação sustentada na identidade comunitária – e, conseqüentemente, na reciprocidade – é a ação comunicativa, um tipo de ação racional orientada para o entendimento e dada dentro de um processo pleno de intersubjetividade. No estudo das redes interfirmas, chega-se mesmo a considerar a confiança como um tipo de racionalidade (Kumar et al, 1998) que, tal qual no modelo habermasiano, é diametricalmente oposto à orientação racional instrumental (técnico-econômica), o tipo essencialmente centrado no individualismo. Este forte componente social aliado à premissa de cognição intersubjetiva permite que se considere no paradigma histórico-cultural das pesquisas sobre redes categorias comuns à ontologia subjetivista, tais como a esfera do mundo da vida cotidiano (da fenomenologia de Schutz [1979]), ou a perspectiva da representação social, constituída a partir do interacionismo simbólico.

Como já havia sido considerado na introdução do presente trabalho, no intuito de melhor visualizar as possibilidades que a distinção epistemológica aqui pretendida pode prover ao entendimento deste campo de pesquisa, efetuamos um breve tratamento analítico de pesquisas sobre rede apresentadas nos cinco anteriores congressos da ANPAD.

Uma breve aplicação do modelo

A seleção dos artigos para a presente análise se deu por meio eletrônico, mais especificamente, através do recurso de busca dos CD onde foram editados os anais dos cinco últimos ENANPADs. Neste processo, encontramos ao todo 57 trabalhos onde se encontram em seu título ou resumo alguma das seguintes palavras-chave: ‘rede’, ‘cluster’ ou ‘network’. Foram descartados 21 trabalhos por não configurarem estudos sobre a questão das redes interorganizacionais, restando, assim, 36 trabalhos. A relação destes está no quadro 2, onde estes foram especificados pelo número de identificação nos anais, e onde também separou-se os trabalhos eminentemente teóricos daqueles que abarcavam alguma espécie de consideração empírica.

Quadro 2: Relação dos artigos selecionados

EDIÇÃO DO ENANPAD	ARTIGOS SELECIONADOS	
	Artigos teóricos	Artigos teórico-empíricos
1998		OLS07
1999	ORG11; ORG36; ORG20	AE10
2000	ORG783	ADP513; ACT757; ORG320; ORG585; ORG714; ORG1371; MKT764
2001	ACT333	ESO176; ESO487; ESO519; ESO941; ESO1167; GOL376; TEO328; TEO595; TEO1159
2002	TEO1900; TEO1957; MKT1809; POP1778; GPG1174; ACT1075; ACT1177	POP1146; GPG606; GPG1142; ESO959; ACT1417; ADI474

Inicialmente, a análise dos textos selecionados foi empreendida tendo em conta o quadro teórico de referência utilizado pelos autores destes trabalhos. Avaliamos a natureza das teorias utilizadas, verificando a relação destas com o quadro paradigmático constituído no presente trabalho (para tanto, sintetizamos os principais pontos considerados no quadro 3). Também buscamos analisar a natureza das principais categorias utilizadas pelos autores, verificando a congruência da argumentação conduzida nos textos com uma linha epistemológica coerente. Neste sentido, tivemos por orientação o modelo metodológico hermenêutico-dialético de análise de conteúdo, tratado por Minayo (1993). Por fim, buscamos estender a avaliação da coerência epistemológica empreendida na dimensão teórica dos artigos ao âmbito empírico, buscando evidenciar – nos trabalhos que continham algum tipo de consideração empírica – aspectos conflitantes ou mesmo incompatíveis com os pressupostos subjacentes a base teórica.

Quadro 3: síntese dos aspectos epistemológicos considerados

<i>Abordagem técnico-econômica</i>	<i>Abordagem histórico-cultural</i>
Comportamento oportunístico	Ênfase no âmbito histórico-cultural
Racionalidade cognitivo-instrumental	Uso de perspectivas sociológicas subjetivistas
Determinismo ambiental	Conceito de territorialidade (enquanto categoria culturalmente constituída)
Reificação de categorias organizacionais (estrutura; estratégia)	Consideração da esfera econômica como um enclave emerso em uma dimensão social mais ampla
Ênfase em fatores tecnológicos	Consideração da confiança enquanto pressuposto intersubjetivo (reconhecimento mútuo e identidade)
Nenhuma ou pouca consideração do imperativo sócio-cultural	Consideração das relações interfirmas enquanto interações sociais efetivadas no mundo vivido (categoria fenomenológica)

Na análise do quadro teórico de referência dos textos selecionados, verificamos existir uma forte predominância da abordagem técnico-econômica: a maioria dos textos teve por fundamento central a teoria dos custos de transação, e os conceitos de cadeia de valor e de dependência de recursos (OLS07; AE10; ORG20; ORG36; ORG320; ORG714; ORG783; ORG585; ACT757; ACT333; TEO328; ESO519; ESO1167; ESO176; ESO941; GOL376; ACT1075; ACT1417; ADI474; MKT1809; ESO959; GPG606; POP1778; TEO1900), todos incorporando – explícita ou implicitamente – uma abordagem focada na organização como unidade principal de análise do fenômeno de redes, onde as questões da estratégia e da estrutura assumiam posição de destaque – fato este que demonstrava o pressuposto objetivista subjacente ao paradigma funcionalista, que promove a reificação da firma como entidade central, em detrimento do sujeito.

Por outro lado, foi observado a existência na amostra selecionada de alguns trabalhos de cunho subjetivista, que, mesmo não necessariamente tendo feito uso de uma metodologia de investigação fenomenológica (neste sentido, apenas o trabalho GPG1174 considerou explicitamente ter adotado um método de cunho fenomenológico), adotavam formatos de investigação eminentemente subjetivistas, onde se considera prioritariamente categorias de análise intrinsecamente vinculadas a ordem sócio-histórica-cultural e ao âmbito intersubjetivo da realidade social (MKT764; ORG1371; ESO487; TEO1159; GPG1142; TEO1957). Por fim, observamos alguns poucos trabalhos que apresentavam uma certa incoerência epistemológica (a luz do formato dicotômico considerado no modelo de Burrell e Morgan [1979]), pois, apesar de

considerarem elementos mais estreitamente vinculados a uma abordagem subjetivista do fenômeno de redes (por exemplo, o foco na confiança enquanto categoria social relacional [ACT1177]), consideravam em seu formato investigativo postulados comuns ao paradigma técnico-econômico, especialmente no que se refere à abordagem teórica de cunho sistêmico, ou seja, que remete a uma análise da organização enquanto sistema auto-regulado e independente (ACT1177; ADP513; POP1146; TEO595).

Em relação às considerações e tratamentos empíricos, observamos que, de forma geral, os resultados obtidos indicavam questões e aspectos condizentes com o quadro teórico de referência utilizado pelos autores. Todavia, especialmente em alguns trabalhos de cunho técnico-econômico que consideravam casos onde se configurava um contexto mais propício a uma abordagem histórico-cultural, surgiam aspectos que, dado o seu conteúdo subjetivista, eram passíveis de serem observados por uma abordagem cultural mais ampla, mas que, pelo fato do formato de investigação não abarcar tal dimensão, se perdiam em breves considerações, sem conteúdo ou profundidade⁴.

Considerações finais

A primeira consideração final a ser feita a respeito da distinção paradigmática aqui efetuada é a de que tal diferenciação abarca severas limitações, tendo em conta especialmente, a existência de trabalhos efetuados no sentido de condensar em uma só as duas abordagens. A coleção de artigos na qual integra o texto de Cocco et al (1999), por exemplo, configura-se de maneira eclética diante das separações epistemológicas aqui pretendidas, abarcando, em seu conjunto, uma múltipla perspectiva, tanto técnico-econômica, quanto histórico-cultural; outros trabalhos inspirados na experiência italiana abarcam uma forte orientação tecnicista, mas não deixam de considerar a importância da dimensão histórico-cultural na efetivação do modelo de redes (Casarotto Filho e Pires, 2001). Nada obstante, tal ressalva não representa um impedimento para que se pense na distinção paradigmática aqui pretendida, tendo em vista – como observado na introdução – ter esta uma conotação exclusivamente heurística. Outrossim, se consideramos os modelos teóricos utilizados como base para o presente esforço epistemológico – o modelo de Burrell e Morgan (1979) e a Teoria Crítica de Habermas (1975; 1987) – veremos que ambos também se configuram em um formato ideal-típico, servindo apenas como base didática, constituída unicamente para fins analíticos. Assim, que fique claro que esta também é a dimensão aqui pretendida, não restando dúvidas quanto à finalidade exclusivamente analítica subjacente ao presente esforço.

Um aspecto interessante observado em nossa breve análise que visava exemplificar uma forma de aplicação do modelo aqui constituído foi a constatação de um estudo empreendido sob a ótica do paradigma técnico-econômico sobre um caso brasileiro de rede interorganizacional que também foi recentemente investigado sob a luz da geografia sócio-econômica⁵ (Raud, 2000). Interessante ressaltar o fato de ambos os estudos configurarem o mesmo caso empírico, porém, a luz de perspectivas epistemológicas diferentes. Isso se expressa como uma indicação de como o presente esforço de distinção paradigmática se apresenta de forma enriquecedora para a pesquisa sobre redes, já que, mesmo tendo sido obtidos resultados distintos em ambos estudos, estes apenas representam diferentes visões da realidade que, assumidas sob a perspectiva multiparadigmática da abordagem pós-moderna (Hassard, 1993), apresentam-se de forma muito enriquecedora para a pesquisa social.

Finalmente, em contribuição a estudos futuros, pretendíamos com o presente trabalho elucidar a respeito de novas possibilidades epistemológicas para a pesquisa sobre redes interorganizações. Como foi notoriamente observado, persiste a hegemonia da abordagem

técnico-econômica nos estudos de autores brasileiros; todavia, esta talvez possa se justificar pela predominância das epistemologias norte-americanas nos estudos organizacionais – fato este que já há algum tempo vem sendo desvelado por estudos sobre a formação do corpo acadêmico brasileiro na área de administração e organizações (por exemplo, Serva, 1990). Apesar da predominância da epistemologia norte-americana no Brasil não configurar necessariamente como problemática, indica uma limitação quanto as possibilidades de investigação em nosso país deste rico objeto de estudo, tendo em conta as crescentes descobertas sobre o fenômeno de rede interfirmas que vêm sendo empreendidas a luz da orientação histórico-cultural. A abordagem da geografia sócio-econômica, por exemplo, tem permitido que melhor se viabilize a replicação do modelo distrital italiano em outras regiões, justamente por sustentar-se em uma base de investigação fenomenológica, onde os aspectos culturais são observados de forma mais acurada, permitindo, assim, que se verifiquem ações efetivas de sustentação do sistema de redes a longo prazo.

Referências bibliográficas

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 227-271.
- BAGNASCO, A.; TRIGILIA, G. Entrepreneurship and diffuse industrialization. *International Studies of Management & Organization*, vol. 20 n. 4, p. 22-48, winter 1990.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris, PUF, 2000.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BURRELL G.; MORGAN, G. *sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann, 1979.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- COCCO, G. et al. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. (orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 13-32.
- CRAVENS, D. et al. New organizational forms for competing in highly dynamic environments: the network paradigm. *British Journal of Management*, vol. 7, n. 3, September 1996.
- GEORGE, G. et al. Networking strategy of boards: implications for small and medium-sized enterprises. *Entrepreneurship and Regional Development*, vol. 13, p. 269-285, 2001.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 291-302. Coleção os pensadores.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987. 2 v.
- HASSARD, J. *Sociology and organization theory: positivism, paradigms and postmodernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HILL, C. W. L. Cooperation, opportunism, and the invisible hand: implications for transaction cost theory. *Academy of Management Review*, vol. 15, n. 3, p. 500-514, July 1990.
- INZERILLI, G. The italian alternative: flexible organization and social management. *International Studies of Management & Organization*, vol. 20 n. 4, p. 6-21, winter 1990.

- JOHNSTON, R.; LAWRENCE, P. R. Beyond vertical integration: the rise of the value-added partnership. *Harvard Business Review*, p. 94-101, July-august 1988.
- KUMAR, K. et al. The merchant of Prato revisited: toward a third rationality of information systems. *MIS Quarterly*, vol. 22, n. 2, p. 199-226, June 1998.
- LAZERSON, M. A new phoenix?: modern putting-out in the Modena knitwear industry. *Administrative Science Quarterly*, vol. 40, n. 1, p. 34-59, March 1995.
- MILES, R. E.; SNOW, C. C. Organizations: new concepts for new forms. *California Management Review*, vol. 28, n. 3, p. 62-73, spring 1986.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, vol. 76, n. 6, p. 77-90, nov./dec. 1998.
- PREMARATNE, S. P. Networks, resources, and small business growth: the experience in Sri Lanka. *Journal of Small Business Management*, vol. 39, n. 4, p. 363-371, 2001.
- RAVEYRE, M. F.; SAGLIO, J. Localized industrial systems: elements for a sociological analysis of industrial groups of SMEs. *International Studies of Management & Organization*, vol. 20, n. 4, p. 77-92, winter 1990.
- RAUD, C. L'industrialisation dans les pays en développement: une analyse à partir du cas brésilien. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris, PUF, 2000, p. 249-269.
- RITAINE, E. Prato: an extreme case of diffuse industrialization. *International Studies of Management & Organization*, vol. 20 n. 4, p. 61-76, winter 1990.
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SERVA, M. *A importação de metodologias administrativas no Brasil*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- SERVA, M. *Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas*. São Paulo, 1996. 633 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2 v.
- STEFFY, B. D.; GRIMES, A. J. A critical theory of organization science. *Academy of Management Review*, vol. 11, n. 2, p. 322-336, 1986.
- WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, vol. 36 n. 2, p. 269-287, June 1991.
- WILLMOTT, H. Management and organization studies as science? *Organization*, London, vol. 4, n. 3, p. 309-344, 1997.

Notas

1. Habermas (1975) apresenta um terceiro tipo de interesse científico, denominado por ele como emancipatório. Esta terceira orientação é atribuída à ciência de conteúdo crítico (onde a sua maior representante é a Teoria Crítica) que, em consideração a aspectos relativos à uma condição de dominação ideológica não considerada pelas outras formas de ciência (a empírico-analítica e a histórico-hermenêutica), proporcionam a verdadeira emancipação do homem (emancipação esta pressuposta na promessa de 'libertação pela ciência' pretendida pelo Iluminismo). Como as duas abordagens sobre rede consideradas no presente estudo não necessariamente se caracterizam por um conteúdo crítico, optamos por não considerar aqui este terceiro tipo de orientação aludido por Habermas.

2. Segundo Minayo (1993, p. 55), a fenomenologia de Husserl tem por princípio fundamental a idéia de que “os atos sociais envolvem uma propriedade que não está presente nos outros setores do universo investigado pelas ciências naturais: o significado”.
3. Apesar de não se poder caracterizar a teoria da ação racional comunicativa de Habermas (1987[a]) como sendo exclusivamente fenomenológica, esta tem como principal fundamento a idéia de intersubjetividade, conceito este central na fenomenologia.
4. Por exemplo, isso parece ter ocorrido no trabalho POP1146 sobre a rede de políticas públicas de uma capital brasileira. Apesar de ter sido considerado sobre as dificuldades de coordenação de atores fortemente distinguíveis por comporem diferentes microculturas, os autores não buscaram aprofundar a análise desta dimensão.
5. Lembramos que a geografia sócio-econômica francesa é observada aqui como incorporada no paradigma histórico-cultural de pesquisa de redes.